

**LEI Nº 601/2017**

**DATA:** 26 de Setembro de 2017.

**SÚMULA:** Altera, acrescenta e revoga dispositivos sobre o sistema tributário do município e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

**LEI**

**Art. 1º** - O artigo 53 da Lei nº 17/91, com redação dada pela lei nº 296, de 17 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 53 - O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido no local:

**Art. 2º** - O inciso XII do artigo 53 da Lei nº 17/91, com redação dada pela lei nº 296, de 17 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

...

XII - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

...

**Art. 3º** - O inciso XVI do artigo 53 da Lei nº 17/91, com redação dada pela lei nº 296, de 17 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

...

XVI – dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;

...

**Art. 4º** - O inciso XIX do artigo 53 da Lei nº 17/91, com redação dada pela lei nº 296, de 17 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

...

XIX – do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa;

...

**Art. 5º** - Acrescentam os incisos XXIII, XXIV e XXV no artigo 53 da Lei nº 17/91, com redação dada pela lei nº 296, de 17 de dezembro de 2003, com a seguinte redação:

...

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;

XXIV - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01

XXV - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09.

**Art. 6º** - Acrescenta o §4º ao artigo 53 da Lei nº 17/91, com redação dada pela lei nº 296, de 17 de dezembro de 2003, com a seguinte redação:

...

§ 4. Na hipótese de descumprimento do disposto no §§ 1 e 2º do artigo 59, com redação dada pelo artigo 7º desta lei, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado.

...

**Art. 7º** - Dá nova redação ao artigo 59 da Lei nº 17/91, com redação dada pela lei nº 296, de 17 de dezembro de 2003, passando a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 59. As alíquotas do imposto sobre serviço de qualquer natureza são:

I – 5% (cinco por cento) para o item nº 15 e subitens nº 15.1 15.18;

II – 4% (quatro por cento) demais item e subitens.

§ 1º. - A alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2% (dois por cento), sendo que a máxima é de 5% (cinco por cento).

§ 2º. - O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no parágrafo anterior, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista de serviço anexa a esta lei.

§ 3º. - É nula a lei ou o ato do Município que não respeite as disposições relativas à alíquota mínima previstas neste artigo no caso

de serviço prestado a tomador ou intermediário localizado em Município diverso daquele onde está localizado o prestador do serviço.

§ 4º. - A nulidade a que se refere o § 3 deste artigo gera, para o prestador do serviço, perante o Município ou o Distrito Federal que não respeitar as disposições deste artigo, o direito à restituição do valor efetivamente pago do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza calculado sob a égide da lei nula.

...

**Art. 8º** - Acrescenta o inciso III, ao §2º, os §§ 3º e 4º ao artigo 57 da Lei nº 17/91, com redação dada pela lei nº 296, de 17 de dezembro de 2003, com a seguinte redação:

...

III - a pessoa jurídica tomadora ou intermediária de serviços, ainda que imune ou isenta, na hipótese prevista no § 4º do art. 53, com redação dada por esta lei.

...

§ 3º. - No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, da lista de serviço anexa, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.

§ 4º. - No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, da lista de serviço anexa, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço.

**Art. 9º** - Dá nova redação aos subitens 1.03, 1.04, 7.16, 11.02, 13.05, 14.05, 16.01, 25.02 da lista de serviço anexa com a Lei nº 17/91, com redação dada pela lei nº 296, de 17 de dezembro de 2003, e acrescenta os subitens 1.09, 6.06, 14.14, 16.02, 17.25, 25.05, no mesmo dispositivo legal.

...

1.03 – Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.

1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.

...

1.09 - Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas

prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei no 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).

...

6.06 - Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.

...

7.16 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.

...

11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.

...

13.05 – Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichê, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.

...

14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.

...

14.14 - Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.

...

16.01 - Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal.

...

17.25 - Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).

...

25.02 - Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

...

25.05 - Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

...

**Art. 10** - Ficam revogadas as alíneas “a” e “b” do artigo 78 da Lei nº 17/91, com redação dada pela lei nº 296, de 17 de dezembro de 2003, bem como toda e qualquer lei municipal que estabeleça incentivo com a concessão de qualquer benefício que implique concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente do imposto sobre serviço.

**Art. 11** - Fica o Poder Executivo autorizado a consolidar esta Lei na nº 17/91, as alterações procedidas por esta lei e pela lei nº 296, de 17 de dezembro de 2003, que trata do sistema tributário do município.

**Art. 12** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São José das Palmeiras, 26 de setembro de 2017.

**Gilberto Fernandes Salvador**  
Prefeito Municipal